

Saúde do Trabalhador

I - Reunião dos GTs de Políticas Sociais do SINTUFRJ:

• GT – Saúde e Seguridade Social • GT – Anti-Racismo)

Data: 6/10/05 – **Horário:** 15h – **Local:** Sede do SINTUFRJ (Fundão)

Pauta: • Informes

• Seminário Nacional

• Seminário Local

• Pesquisa Saúde do Trabalhador

Assembléias: às 10h, de terça-feira, dia 4, no Quinhentão e às 10h, de quinta-feira, dia 6, no Quinhentão

PRESSÃO

em Brasília por negociação



Foto: Fasubra

AGENDA

Secretárias

SINTUFRJ e PR-4 organizam o II Encontro das Secretárias e Secretários da UFRJ que será realizado no auditório do Quinhentão, nesta quinta-feira, 6 de outubro. O evento será aberto às 9h pelo reitor Aloísio Teixeira. Palestras sobre desempenho e capacitação na profissão e ética do exercício da função estão programadas. O encontro será encerrado com a exibição da peça “A Procura”, produzida pelo Sindicato, e com o show da Banda BlackBird.

Jornada Científica

Nos dias 4, 5 e 6 acontece a XXVIII Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ. A sessão de abertura será no auditório do CT, Bloco A, às 9h.

Ciência no Hesfa

UFRJ, CCS, Escola de Enfermagem Anna Nery e Hesfa promovem nos dias 4, 5 e 6 de outubro a V Semana Científica do Hesfa, que será aberta com uma missa em ação de graças às 11h, nesta terça-feira, dia de São Francisco de Assis. O evento acontece no Hesfa.

Interpet

O VII Encontro Interpet – que reúne grupos do Programa de Ensino Tutorial – vai se realizar na próxima sexta-feira, dia 7, com início previsto para as 9h, no Auditório do CCS.

Futebol

II CAMPEONATO DE FUTEBOL DOS SERVIDORES 2005: Comissão organizadora convida os servidores interessados em participar do campeonato para reunião que será realizada nesta terça-feira, às 14h, na sala 829, 8º andar do prédio da Reitoria. Contatos: SADY/HALL DA REITORIA = 2598-1888 NELSON / PR-4 = 2598-9614

Caravanistas ocuparam Brasília durante três dias na semana passada em busca de negociação. *Páginas 4 e 5*

Chapa 1 vence eleição no Museu

A comunidade do Museu Nacional fez a sua escolha para a direção da unidade. A apuração foi feita na última sexta-feira, 30, e deu como vencedora a chapa 1, encabeçada pelo atual diretor Sérgio Alex de Azevedo. Ela obteve 38,76% dos votos, superando a votação da chapa 2, que obteve 32,54%. A eleição foi proporcional, com peso de 50% para docentes, 35% para funcionários e 10% para

alunos e 5% para estagiários. Embora a chapa 2 – liderada por Janira Martins Costa – tenha tido 162 votos e a chapa 1 obtido 150, a ponderação com peso maior aos professores proporcionou a vitória para a chapa 1. Por isso, a luta pela paridade, isto é, o mesmo peso para todos os segmentos, defendida pelo SINTUFRJ. Só com peso igual a democracia na universidade será garantida.

Vigilância aguarda parecer

Foto: Niko Júnior

Os vigilantes da UFRJ não estão em greve, conforme vem sendo veiculado pela imprensa. Somente foram suspensas as atividades de patrulhamento no campus, por determinação da Polícia Federal.

A Vigilância espera que a Procuradoria Regional Federal (PRF) dê um parecer positivo para o porte de armas. A Prefeitura enviou um documento à Vigilância, em que informa que o reitor Aloísio Teixeira solicitou à PRF autorização para a emissão do porte de armas para os vigilantes da Divisão de Segurança (Diseg).

USO DE ARMA – Os vigilantes suspenderam as rondas ostensivas desde o dia 20. Eles estão insatisfeitos pelo cadastramento da Diseg, feito pela Prefeitura Universitária, na Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp) da Polícia Federal. Os vigilantes não concordam

em ficar subordinados a este órgão, que, além de impor suas exigências em geral, impede que se trabalhe armado, até a obtenção da autorização do porte de arma. Os funcionários alegam que são servidores públicos de uma universidade autônoma e como tal exigem que a UFRJ se valha dessa autonomia para solucionar a questão.

A Prefeitura resolveu cadastrar a Diseg na Delesp depois que a Polícia Federal, em visita à divisão no mês de agosto, alertou que o serviço de segurança da universidade deveria ser regularizado e que não poderiam utilizar armas até que as alterações fossem feitas. A partir daí a Vigilância adotou um plano emergencial, feito pela Prefeitura, que foi criticado pelos vigilantes, já que este compromete a vida dos profissionais, por estarem expostos e desarmados.



CRISE. Vigilância aguarda solução para o impasse

Acesso à universidade

A UFRJ segue no debate sobre alternativas para democratizar o acesso à universidade pública, que gira em torno de proposta apresentada pela Pró-Reitoria de Graduação no CEG. Preparado por equipe da Pró-reitoria e apresentado dia 3 de agosto, o piloto foi exposto a todos os conselhos de centro antes de retornar ao CEG. Apesar de elogios quase unânimes ao mérito, os conselheiros não se sentiram em condições de deliberar porque a discussão não chegou às unidades. O CEG definiu que a proposta vá a centros e unidades para que estes manifestem sua posição até 14 de outubro. O projeto volta ao CEG dia 19.

Estudo da UFRJ aponta que a rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro é responsável pela formação do maior contingente de concluintes do ensino médio em nosso estado. Um terço restante fica a cargo das redes privada e federal. No entanto, a maioria dos que concluem o ensino médio da rede estadual sequer se inscreve nos concursos da UFRJ.

O piloto propõe disponibilizar 216 vagas (pouco mais de 3% das oferecidas no vestibular da UFRJ) distribuídas em blocos de grupos de disciplinas, a princípio para 50 escolas, tomando como base um programa já em curso, o Sucesso Escolar – com apoio da Secretaria Estadual, através do qual a UFRJ atua na melhoria do ensino básico e na qualificação de professores, desde 2004.

Os conselheiros elogiaram a intervenção positiva da UFRJ no ensino médio. Ana Maria Ribeiro citou exemplo de programa similar na Universidade Federal de Santa Maria, apostando na qualificação de professores da rede pública local: “Não tenho dúvida que este é o caminho”, comentou. Para Ana, a proposta é boa porque enfatiza que a solução para melhorar a qualidade de ensino está numa relação da UFRJ com a escola pública de ensino médio. “A gente precisa fazer com que professores da nossa Universidade se integrem nesta proposta de atuação”, diz.

Mas ela critica a viabilização do piloto com base no Programa Sucesso Escolar através de uma fundação, a José Pelúcio, e aponta outras dúvidas em relação a sua operacionalização, como, por exemplo, a questão de como envolver professores da Universidade no projeto dentro de suas atividades normais, “porque é relevante e não porque vai oferecer complementação ou alguma coisa fora da atividade acadêmica”.

Outra preocupação levantada no Conselho é que não considera prudente adotar a exigência de adoção, pelas escolas participantes, do programa do Currículo Mínimo proposto pelo governo do estado e polêmico até entre docentes da rede pública: “Podemos entrar numa seara que não é a da Universidade”.

CEG agitado pauta bandeirão para dia 5

Cerca de 50 estudantes de vários cursos da UFRJ fizeram manifestação no CEG cobrando posicionamento do conselho em relação ao bandeirão. Conselheiros argumentaram que seria prudente que a discussão fosse feita à luz da apresentação do projeto que uma comissão da Reitoria vem desenvolvendo. Os estudantes disseram que o projeto que já fora aprovado numa sessão do Consuni é omissivo em relação a custos. “Enrolação, enrolação! Cadê o bandeirão?”, diziam em coro. Por seis votos favoráveis, cinco contrários e quatro abstenções, conseguiram a inclusão do tema na ordem do dia.

FUNDAÇÕES

A conselheira do Consuni Chantal Russi, que integra a comissão de sistematização sobre a resolução do Conselho Universitário que tratará das fundações na UFRJ e as bancadas do técnicos administrativos no CEG e CEPG convoca os companheiros interessados nessa discussão para reunião às 15h desta quinta-feira, dia 6, na sala do Consuni.

Excursão a Campos do Jordão

A excursão sairá da sede do Sindicato (Ilha do Fundão) no dia 14 de outubro, com a previsão de saída entre 8h30 e 9h30. A coordenação não será responsável por eventuais atrasos. Lembramos também que deverão levar roupas de inverno, pois o local é frio. Os responsáveis por crianças deverão levar certidão de nascimento e os adultos documentos de identidade.

REUNIÃO DE APOSENTADOS

Dia 7 de outubro no espaço cultural. A pauta é plano de carreira, greve, excursão e assuntos gerais.

A professora Juliana Neuenschwander Magalhães foi escolhida com 78,2% dos votos válidos pelos três segmentos da Faculdade Nacional de Direito para ser a nova diretora da unidade. Juliana encabeçou a chapa única “Democracia e Renovação: um projeto coletivo para FND” e teve como companheiro o professor Nery Falbo, eleito vice-diretor. Dos 1.600 estudantes que frequentam a Faculdade de Direito, 85% foram as urnas. Dos 47 funcionários da FND, 59% participaram da pesquisa e dos 39 professores do quadro da Faculdade, 66% participaram do processo de escolha da nova diretora. O pleito foi realizado nos dias 27, 28 e 29. O nome da diretora eleita foi homologado pela reunião da Congregação na sexta-feira à tarde. A eleição de Juliana Magalhães e Nery Falbo marca o fim da transição na Faculdade de Direito, iniciada com o afastamento de Armênio Albino da Cruz, e o início da retomada de sua normalidade institucional. Juliana toma posse às 19h desta terça-feira, dia 4.

Diretora escolhida com 78,2% dos votos

Na segunda-feira, 26 de setembro, véspera da tão aguardada eleição de uma nova diretoria para a Faculdade Nacional de Direito, os técnicos-administrativos se reuniram com a professora Juliana Magalhães e o professor Ricardo Falbo, então candidatos a diretor e vice-diretor. A categoria entregou a eles documento com 21 reivindicações e propostas. A coordenadora do SINTUFRJ, Ana Maria Ribeiro, estava presente à reunião.

Os trabalhadores reivindicam da nova direção planejamento, infra-estrutura organizacional e física e autonomia para desenvolverem suas tarefas. Apontam como medidas urgentes a realização de obras na unidade e aquisição de mobiliário e computadores. Querem também de volta o antigo espaço de convivência, uma pequena sala reservada para o cafezinho. E, para levantar o astral de vez, mais iluminação em todo o prédio.

PROBLEMAS – Ter de volta o prazer de sair de casa para trabalhar na Faculdade de

Direito foi a síntese da conversa dos técnicos-administrativos com Juliana Magalhães. Os problemas listados vão além de “banheiros horríveis”, falta de papel higiênico, goteiras no almoxarifado, professores e funcionários disputando velhos computadores. As maiores dificuldades que os funcionários enfrentam, no dia-a-dia, têm a ver com falta de condições para o exercício do próprio trabalho. Atualmente, uma única sala, com todos agrupados, reúne as tarefas essenciais dos departamentos, a coordenação de monografias e ainda serve como sala de professores.

PROPOSTAS – Os funcionários propõem a criação de um núcleo de pesquisa, dirigido à implementação de regras às atividades complementares do curso de Direito; oferta para eles de cursos de capacitação profissional (informática, legislação de ensino, línguas etc.); reforma geral do espaço da secretaria acadêmica, incluindo novos computadores, impressoras, mesas e cadeiras adequadas,

arquivos, armários, ar condicionado e manutenção periódica desses equipamentos; e reposição regular de materiais, tais como toner, papel especial para certidão, envelopes, capas de processos etc. E estabelecimento de rotinas que contemplem as necessidades dos estudantes e professores.

COMPROMISSO – Juliana Magalhães se comprometeu com as reivindicações apresentadas. Ela concordou que é preciso acelerar as reformas no prédio e reformular a parte administrativa e organizacional. Anunciou que vai rever a divisão das tarefas entre os funcionários que atendem na secretaria acadêmica e os quatro departamentos, e prometeu estabelecer uma interlocução permanente com os funcionários, “mas cuidando para que essa relação democrática não se transforme numa ingerência no trabalho”.

Segundo a diretora, “o piano é pesado, a tarefa desafiadora e o trabalho hercúleo”. E propôs aos funcionários um mutirão – “porque “somos

muito poucos” – para reconstituir a unidade e resgatar a instituição: “Vamos precisar demais de todos vocês, que conhecem as rotinas, para fazermos um projeto institucional para ficar na FND. Estamos assumindo juntos uma aventura e temos que acreditar e criar condições para dar certo”, afirmou.

Expectativa positiva – A coordenadora do SINTUFRJ Ana Maria Ribeiro reafirmou a posição da entidade de só interferir na dinâmica dos funcionários com as direções das unidades quando houver conflitos, e por convocação da categoria. A dirigente esclareceu, também, que o documento que foi entregue, contém reivindicações do ambiente de trabalho: “A categoria quer autonomia para desenvolver suas atividades com responsabilidade. O objetivo é construir um futuro de mão dupla, e eu acho que essa chapa pode mostrar para fora da universidade que existe um caminho a ser trilhado para se poder falar com orgulho da Faculdade Nacional de Direito.”



DIRETORA. Professora Juliana: desafio de conduzir com funcionários, estudantes e professores a reconstrução da FND

DCE e caco

O DCE da UFRJ e o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (caco) também apresentaram suas reivindicações à professora Juliana Magalhães. As entidades estudantis apoiaram e trabalharam pela eleição da chapa, mas declararam independência política em relação à nova direção da Faculdade Nacional de Direito. Na segunda-feira, 26 de setembro, os estudantes avaliaram, num debate, a posição da candidata sobre questões como bandeja, paridade nos órgãos colegiados, assistência estudantil e realização de auditoria nas contas da FND.

Eleição: Comissão Interna de Supervisão

Escolha do grupo que vai acompanhar Carreira na UFRJ será dias 18, 19 e 20 de outubro

Os 40 candidatos técnico-administrativos estão inscritos para disputar as 14 vagas da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira, a CIS, cuja eleição vai ocorrer nos dias 18, 19 e 20 de outubro. Esta comissão acompanhará e fiscalizará a implantação do Plano em todas as suas etapas. Será composta por 14 representantes dos servidores pertencentes à nova carreira, eleitos pela categoria, de forma nominal, por voto direto. A eleição ocorrerá em todas as universidades do país. Ela vai indicar 14 nomes para titulares e 7 para suplentes. Na cédula, com os 40 nomes, você vai assinalar os nomes dos 14 companheiros que quiser em um dos 150 pontos de votação distribuídos pelos centros em três dias de eleição. Os 14 que tiverem mais votos comporão a nova CIS por um mandato de três anos. O sistema de votação ainda está em discussão. Nesta quinta-feira, às 15h, candidatos e Comissão Eleitoral vão se reunir no Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da UFRJ para observar simulação de um programa de voto digitalizado.

Para entender a importância da CIS

A Comissão Interna de Supervisão vai acompanhar, fiscalizar e avaliar a implantação do plano e o trabalho da Comissão de Enquadramento e auxiliar a área de pessoal; propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias; apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento da instituição, seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas.

Quem são os candidatos

A Comissão Eleitoral – com membros indicados pelo SINTUFRJ e aprovados na assembléia da categoria dia 1º de setembro (Vera Barradas, do IPPUR; Simone Silva, do NESC; e Paulo César Marinho, da PR-4) e pela Reitoria (José Carlos, José Paulo e Wladimir José Silva, da PR-4) – recebeu, do dia 14 até o dia 21, última quarta-feira, 40 inscrições:



Foto: Niko Júnior

ORGANIZANDO A ELEIÇÃO. PR-4 e Comissão Eleitoral se reuniram com os candidatos na semana passada

- | | | |
|--|---|---|
| 1 - Roberto de Moraes Gomes (HUCFF/ Divisão de Engenharia), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 13 - Vilton Cardoso (Escola de Serviço Social/Portaria); | 25 - Katia da Conceição Rodrigues Manoel da Silva (Prefeitura/Subprefeitura da PV); |
| 2 - Vanda Borges de Souza (Coppe/ Gerência de RH); | 14 - Rosângela Medeiros Gambine (SG-6), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 26 - Roseni Lima de Oliveira (Prefeitura/Diseg); |
| 3 - Nílceia da Silva Ramos de Oliveira (CT/Decania/Seção de Pessoal), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 15 - Marcelo Amalheiro dos Santos (CCMN/Decania); em exercício na Comissão de Enquadramento; | 27 - José Paulo de Oliveira (Gabinete do Reitor/CPPTA); |
| 4 - Maria do Rosário Martins Marins (Gabinete do Reitor/CPPTA), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 16 - Helena Vicente Alves (aposentada), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 28 - Teresinha Lima de Sousa (aposentada); |
| 5 - Ruy de Azevedo dos Santos (PR-4/DVST), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 17 - Alexandre Botelho dos Santos (aposentado), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 29 - Paulo Roberto Tavares Barreto (CLA/Manutenção); |
| 6 - Hilda Regina Vasconcellos Sena Martins (CLA/Decania/Gabinete), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 18 - Nivaldo Holmes de Almeida Filho (CCS/Inst. de Biologia/Dep. de Biologia Marinha), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 30 - Albana Lúcia Brito de Azevedo (Escola de Comunicação); |
| 7 - Carmen Lucia Mendes Coelho (Hesfa/Cepral), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 19 - Francisco de Assis dos Santos (CCS/Inst. de Biologia/Sec. Acadêmica), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 31 - Cláudia Menezes Alves (Instituto de Ginecologia/Administração da sede); |
| 8 - Maria José Sobreira Pereira (HUCFF/DEN), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 20 - Gilvan Joaquim da Silva (CCS/Inst. de Biologia/Dep. Zoologia); | 32 - Tatiana Furtunata de Carvalho (PR-4/Divisão de Legislação); |
| 9 - Izabel Gondim de Paula (Gabinete do Reitor/CPPTA); | 21 - Paulo Sérgio Cunha Teixeira (CCJE/Fac. de Direito), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 33 - Izaias Gonçalves Bastos (Faculdade de Farmácia/Dpto. de Prod. Naturais e Alimentos); |
| 10 - Ubirajara Queiroz Mendes (Gabinete do Reitor/CPPTA); | 22 - Francisco Carlos dos Santos (CCS/Inst. de Biologia); | 34 - Eliezer Hígino Pereira (Inst. de Microbiologia/Adm. Patrimônio); |
| 11 - Nilce da Silva Correa (Nutes/Setor de Computação), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 23 - Rosilda Pereira Genovese (aposentada); | 35 - Neuz Luzia Pinto (Faculdade de Medicina); |
| 12 - Maria Angélica Pereira da Silva (Escola de Serviço Social/Coordenação de Estágio); | 24 - Arnaldo Gonçalves Bandeira (aposentado), em exercício na Comissão de Enquadramento; | 36 - Moacir de Oliveira Moura (HUCFF/DRH); |
| | | 37 - Paulo César Caetano (FACC/Seção de Atividades Gerenciais); |
| | | 38 - Andrea Pestana Caroli de Freitas (Gabinete do Reitor); |
| | | 39 - Wilson Rodrigues (Nutes), em exercício na Comissão de Enquadramento; |
| | | 40 - Sérgio Guedes de Souza (NCE). |

Fotos: Niko Júnior



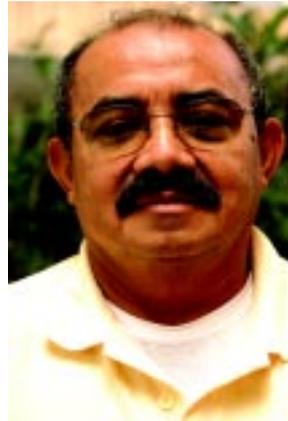
PREPARANDO O PLEITO. Candidatos discutiram o processo eleitoral em reunião na sala do Consuni

Sua participação é fundamental nas eleições dos dias 18, 19 e 20 de outubro, quando a categoria irá escolher os integrantes da Comissão Interna de Supervisão da Carreira. Na semana passada, publicamos fotos de 22 companheiros que estão na disputa. Nesta edição são publicadas as fotos de 17 candidatos. Nesta quarta-feira, às 15h, a Comissão Eleitoral e os candidatos se reúnem no NCE, onde vão participar de simulação de um sistema de voto digitalizado que poderá vir a ser usado.

17 dos 40 candidatos à CIS



Albana Lúcia B. de Azevedo



Alexandre B. dos Santos



Claudia Menezes Alves



Eliezer Higino Pereira



Francisco de Assis dos Santos



Francisco Carlos dos Santos



Gilvan da Silva



Izaías Gonçalves Bastos



José Paulo de Oliveira



Katia C. R. M. da Silva



Nilce da Silva Correa



Paulo César Caetano



Paulo Roberto T. Barreto



Paulo Sérgio C. Teixeira



Roseni Lima de Oliveira



Tatiana F. de Carvalho



Teresinha Lima de Sousa

Comissão de Enquadramento acerta detalhes da validação

Segundo Nilson Barbosa, coordenador da Comissão de Enquadramento da UFRJ, a equipe já terminou o trabalho de validação dos dados referentes à progressão por capacitação e ao incentivo à quali-

ficação. Faltam apenas alguns acertos de pequenos erros de digitação ou de pendências em cerca de 200 casos. A expectativa do coordenador é que o trabalho termine em 15 dias.

CONFIRA - Tendo em vista que estão em vias de finalização os trabalhos desta segunda etapa, recomendamos que cada servidor acesse o endereço eletrônico www.mec.gov.br/canalcgpp

para verificar sua situação de enquadramento e conferir, por exemplo, como os cursos foram aproveitados para a progressão por capacitação ou incentivo à qualificação.

A necessidade de implantação de políticas de saúde para o servidor público tem levado o governo a se debruçar sobre a questão. Dentre as ações que vêm sendo desenvolvidas, existe a proposta de se criar uma

Servidor pode ter plano de saúde complementar

Fotos: Niko Júnior



VÂNIA. Plano seria viabilizado em sistema de autogestão

assistência complementar de saúde subsidiada pelo Executivo. Na UFRJ, em que se discute há anos a formulação de uma política de saúde integral para seus trabalhadores, existe uma proposta construída pela Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST). O levantamento dos custos já foram feitos e aguarda-se do Ministério do Planejamento uma ação mais concreta no que se refere a liberação da verba necessária.

No caso da UFRJ, um levantamento aponta para R\$ 1,5 milhão por mês a quantia a ser bancada. A proposta do governo abrange os servidores pú-

blicos federais e vem atender à expectativa dos trabalhadores da universidade, que vem desenvolvendo políticas e elaborando propostas para a saúde do trabalhador. Segundo a diretora da DVST, Vânia Glória, esse plano na UFRJ não se vincula às empresas privadas de planos de saúde. Seria viabilizado segundo de um plano de autogestão, em que os trabalhadores da universidade seriam os responsáveis pela sua administração e gerenciamento. A Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (caurj) – que não tem fins lucrativos – foi a

escolhida para esse trabalho com a UFRJ. Vânia esclarece que logicamente os estatutos e o conselho da caurj teriam que ser modificados.

O valor que o governo pagará para cada servidor, ativo e aposentado, é de R\$ 35,00. O valor é *per capita* e será subsidiado também para os dependentes cadastrados na UFRJ. Esse plano de saúde elaborado pelo grupo de trabalho da UFRJ, por ser de autogestão, teria o controle dos trabalhadores e daria cobertura também a acidentes de trabalho e doenças profissionais – o que não existe nos planos privados. Ao servidor da UFRJ haveria a possibilidade de escolha através de três faixas de plano: básico, médio e plus. A diversificação das faixas seria uma opção para o servidor que terá que fazer uma complementação se não optar pelo básico.

Segundo o superintendente da PR-4, Roberto Gambine, o reitor tem conversado com o Ministério do Planejamento para viabilizar o plano na UFRJ. Por isso, só está dependendo do governo.

GT desenvolve trabalho desde 2003

Na UFRJ a discussão sobre a questão da saúde do servidor é antiga. Em julho de 2003, uma reunião da PR-4 com representantes das diversas unidades da UFRJ e do SINTUFRJ deliberou a formação de um grupo de trabalho com a finalidade de ampliar, da forma mais abrangente e democrática possível, a discussão sobre a Saúde do Trabalhador na UFRJ, propondo soluções para neutralizar ou reduzir os riscos à saúde e à segurança, além de organizar um seminário que, com a participação da comunidade universitária, formulasse as Políticas de Saúde Integral do Trabalhador da UFRJ.

Deste seminário surgiu a proposta da efetivação de uma política de saúde institucional que incluísse a adoção de um plano de saúde que atendesse às necessidades dos servidores da UFRJ. O grupo de trabalho que integra diversos segmentos da universidade, do qual participam DVST e SINTUFRJ, se debruçou sobre essa questão e iniciou ações para levar adiante a implantação da política de saúde. Em 2004 uma proposta foi enviada para o Ministério do Planejamento, mas acabou ficando na gaveta. Agora, em 2005, com esta iniciativa do governo ela pode ser concretizada. Vale dizer que os servidores públicos do Judiciário e do Legislativo já têm há anos a assistência de saúde bancada pelo governo.

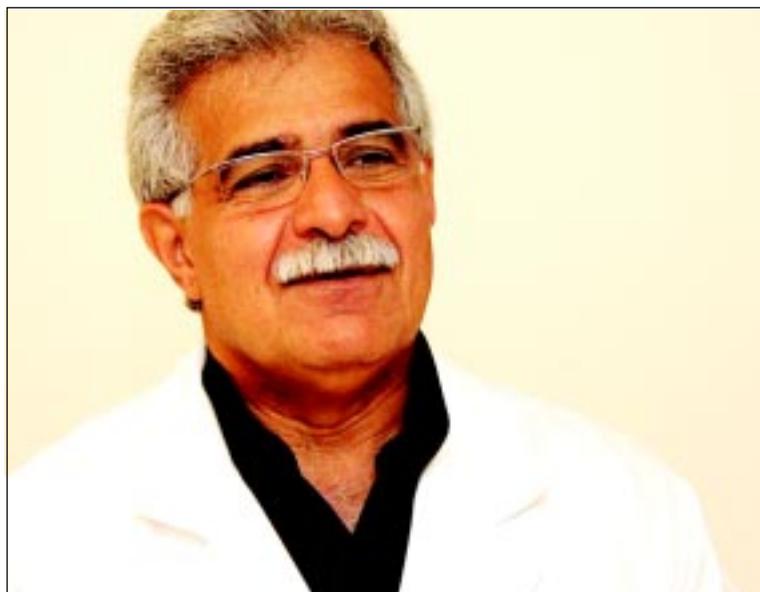
Confira os novos ramais da DVST

Telefones: 3867-6693 / 3867-6543
Secretaria Ramais: 20 - 21 - 22 - Direção
Seção Segurança: 26 e 27
Recepção: 29
Enfermagem: 30

Eleições no HU: Inscrições esta semana

Durante esta semana (de 3 a 7 de outubro) estão abertas as

inscrições de chapas para disputar a consulta que indicará



ALEXANDRE CARDOSO. Única candidatura até agora

o novo diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Até o momento, a única candidatura lançada é do ex-reitor Alexandre Cardoso. As normas da consulta definiram peso diferenciado para os segmentos da comunidade do hospital: – 50% para docentes, 30% para técnicos-administrativos e 20% para estudantes. Os funcionários e o SINTUFRJ vão brigar para arrancar o compromisso do candidato ou candidatas na disputa com a paridade. Há duas semanas Olga Leticia Penido Xavier (titular) e José Francisco Prates (suplente) foram escolhidos para representar os funcio-

nários na Comissão Eleitoral. Abaixo reproduzimos trecho de entrevista concedida por Alexandre Cardoso, cuja primeira parte publicamos na semana passada.

Como o senhor administrará a dívida do hospital?

A primeira questão é conhecer a extensão e o perfil da dívida e a partir daí equacionar o seu pagamento a partir de negociação com os fornecedores. (...) é necessário ter um controle de contas centralizado. (...) A hierarquização dos pagamentos deve levar em conta os interesses acadêmicos e de infra-estrutura (radiologia, laboratório, engenharia, centro cirúrgico,

CTI, farmácia) e dar transparência a estas ações.

Como senhor pretende se relacionar como SUS?

O SUS comporta dois níveis de ações: a chamada de média complexidade, pela qual recebemos remuneração fixa, e as chamadas de alta complexidade, pela qual recebemos diferenciadamente. Tanto uma como outra são ou podem ser adaptadas a cada ano e tem a regulá-las o contrato de metas. O desafio é otimizar os recursos já pactuados com o SUS sem perder o interesse acadêmico e criar possibilidade de novas pactuações.